

Procedimento Preparatório n. 06.2022.00001775-1

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça titular da 10ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapecó, Diego Roberto Barbiero, e o **MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.990.131/0001-70, localizada na Rua José Marocco, n. 2226, Centro, Nova Itaberaba-SC, neste ato representada por **Ivanir José Possebon**, nos autos do Procedimento Preparatório n. 06.2022.00001775-1, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/19, e:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, nos arts. 26 e 27 da Lei n. 8.625/93 e nos arts. 90 e 91 da Lei Complementar Estadual n. 738/19;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução n. 179 do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, "*o compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração*";

CONSIDERANDO que "*a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]*" (art. 37, *caput*, da CRFB), do que se depreende que a própria Constituição traçou os vetores para atuação administrativa lícita, diretamente derivados do princípio republicano (CRFB, art. 1º), diretrizes estas que devem ser observadas e perseguidas, em primeiro lugar, pela própria Autoridade Administrativa;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que *"a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em **concurso público** de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração"*;

CONSIDERANDO que o art. 37, IX, da Constituição da República dispõe que *"a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"*;

CONSIDERANDO que o desvio de finalidade encontra conceituação legal no art. 2º, letra 'e', e parágrafo único, letra 'e', da Lei n. 4.717/65 (Lei da Ação Popular), que dispõe: *"[...] se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência"*;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2022.00001775-1, que tem por objeto *"Apurar suposto ato de improbidade administrativa decorrente da preterição dos candidatos aprovados no processo seletivo 8/2021 e prorrogação aparentemente ilícita do contrato já findado de servidora admitida em caráter temporário após aprovação no seletivo 9/2019, no Município de Nova Itaberaba, em aparente violação ao art. 37, II, da Constituição da República e art. 11, inciso V, da Lei n. 8.429/92"*;

CONSIDERANDO que o Município de Nova Itaberaba deflagrou o processo seletivo n. 009/2019 para preenchimento de vagas de provimento temporário e formação de cadastro de reserva (fls. 5-24) com prazo de vigência de *"um ano, podendo ser prorrogado por igual período em caso de interesse público"* (fl. 16);

CONSIDERANDO que a servidora municipal Kênia Munaretti Frozza foi nomeada em 15-2-2021, por meio do Decreto n. 070/2021, para o cargo de Assistente Social (fl. 25), dentro do prazo de vigência do processo seletivo n. 009/2019, tendo o contrato precário o prazo de vigência de 15-2-2021 a 15-12-2021;

CONSIDERANDO que o Município deflagrou, no ano de 2021, o processo seletivo n. 008/2021 destinado *"ao preenchimento de vagas temporárias e formação de*

cadastro reserva junto ao quadro de vagas do Poder Executivo do Município de Nova Itaberaba" (fl. 30) e previa vagas para o cargo de assistente social;

CONSIDERANDO, no entanto, que o contrato da servidora Kênia Munaretti Frozza foi prorrogado até o prazo de 14-2-2023, por meio do Decreto n. 105/2022 (fl. 28), pela aplicação de entendimento de que o contrato precário de trabalho também poderia ser prorrogado, ainda que fora do prazo de vigência do processo seletivo n. 009/2019;

CONSIDERANDO que, havendo novo seletivo deflagrado e homologado, mostra-se equivocada a prorrogação de contrário precário já encerrado, sendo a hipótese de preterição de aprovados;

CONSIDERANDO que, apesar das irregularidades constatadas, o Município acenou positivamente à possibilidade de revogar¹ o Decreto n. 105/2022, procedendo o encerramento do contrato da servidora Municipal Kênia Munaretti Frozza e nomeando a candidata aprovada no processo seletivo n. 008/2021 para assunção da função pública em caráter precário, respeitada a ordem classificatória;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1 DO OBJETO:

CLÁUSULA 1ª: Este Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objetivo o estabelecimento de critérios para o Poder Executivo de Nova Itaberaba **(i)** promover a revogação do decreto n. 105/2022, **(ii)** proceder à nomeação da candidata aprovada no processo seletivo n. 08/2021 para o cargo de assistente social, respeitando a ordem classificatória; e **(iii)** estabelecer, nos próximos editais de procedimentos seletivos, a possibilidade de renovação dos contratos temporários somente durante o prazo de validade do processo seletivo e desde que não haja outro processo seletivo devidamente homologado com lista à disposição do Poder Executivo.

¹ O Decreto n. 70/2021 previa, em seu art. 2º, que "o presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado. (fl. 25).

2 DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIOS:

CLÁUSULA 2ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a promover a revogação do Decreto n. 105/2022, a partir de 1º de julho de 2022, encerrando o contrato precário com a servidora Kênia Munaretti Frozza.

CLÁUSULA 3ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a promover a contratação de candidato aprovado no processo seletivo n. 08/2021 para o cargo de assistente social, respeitando a ordem classificatória, até o dia 1º de julho de 2022.

CLÁUSULA 4ª: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a estabelecer, em todos os processos seletivos lançados pelo Município, que a renovação dos contratos temporários ocorrerá excepcionalmente, durante o prazo de validade do processo seletivo, desde que não haja outro processo seletivo devidamente homologado com lista à disposição do Poder Executivo.

CLÁUSULA 5ª: O COMPROMISSÁRIO enviará, oportunamente, os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações assumidas ao e-mail da 10ª Promotoria de Justiça fazendo referência ao número do Procedimento Administrativo que será instaurado para fiscalização do cumprimento da obrigação.

3 DO DESCUMPRIMENTO:

CLÁUSULA 6ª: No caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas, sem que haja justificativa idônea devidamente fundamentada, estará o COMPROMISSÁRIO sujeito à multa, aplicável isolada e pessoalmente tanto ao ente público quanto ao gestor municipal, de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, até o limite individual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), cujo valor será recolhido, mediante pagamento de boleto expedido pelo Ministério Público de Santa Catarina, ao Fundo de Reparação de Bens Lesados.

Parágrafo único: A inadimplência também poderá resultar no imediato protesto do título em cartório de notas, assim como na possibilidade de execução judicial das obrigações assumidas.

4 DA FISCALIZAÇÃO:

CLÁUSULA 7ª: A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de

ajustamento de conduta será realizada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por meio de Procedimento Administrativo instaurado para tal finalidade.

5 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

CLÁUSULA 8ª: As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA 9ª: Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

6 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 10ª: O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente TERMO contra os COMPROMISSÁRIOS, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

CLÁUSULA 11: O presente compromisso entrará em presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA 12: As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó/SC para dirimir eventuais problemas decorrentes do presente Compromisso.

Assim, por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 19 de maio de 2022.

DIEGO ROBERTO BARBIERO
Promotor de Justiça

IVANIR JOSÉ POSSEBON
Prefeito Municipal de Nova Itaberaba

Testemunhas:

JULIANDERSON PANEGALLI
Assistente de Promotoria de Justiça

MAURO CÉSAR RIBEIRO DOS SANTOS
Advogado - Município de Nova Itaberaba